

USINA MANACÁ SPE LTDA

CNPJ/MF 35.802.585/0001-48

JUCESP NIRE 3523577219-3

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **RZK SOLAR 05 S.A.**, sociedade empresária com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 50, Cidade Jardim, CEP 05676-120, inscrita no CNPJ sob o nº 41.946.243/0001-02 e registrada perante a JUCESP sob o NIRE nº 35300575750, neste ato representada pelos Srs. João Pedro Correia Neves, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 54.218.925-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 312.976.148-95 e Luiz Fernando Marchesi Serrano, brasileiro, divorciado, gestor ambiental, portador do RG nº 32.909.304-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 325.370.588-95, ambos com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre II, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, doravante denominada "**RZK SOLAR 05**", única sócia da sociedade empresária limitada unipessoal denominada **USINA MANACÁ SPE LTDA**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 1, 20º andar, sala 042, Cidade Jardim, CEP 05676-120, inscrita no CNPJ sob o nº 35.802.585/0001-48, devidamente registrada perante a JUCESP sob o NIRE 3523577219-3 em sessão de 17/12/2019 ("Sociedade"), resolve promover a alteração e consolidação do contrato social mediante as seguintes condições:

1. DA CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS DA SOCIEDADE

1.1. Neste ato, a sócia **RZK SOLAR 05**, anteriormente qualificada, legítima titular da integralidade do capital social da Sociedade, por meio deste instrumento e na melhor forma de direito, constitui garantia de alienação fiduciária de quotas sobre a integralidade das quotas emitidas pela Sociedade, nesta data ou futuramente, bem como os direitos a elas relacionados, em favor da Virgo Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08 ("Securitizadora"), em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato) assumidas pela Quotista por força do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da RZK Solar 05 S.A.*", celebrado em 03/10/2022 ("Escritura de Emissão de Debêntures") e do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 07/10/2022 ("Contrato"), cuja cópia encontra-se arquivada na sede da Sociedade. Todas as referidas quotas e direitos a elas relacionados não poderão ser, de qualquer modo, vendidos, transferidos, cedidos, alienados, gravados ou onerados sem o prévio e expresso consentimento da Securitizadora, na forma estabelecida no referido Contrato, devendo, ainda, ser observadas as demais disposições do Contrato, sendo que, em decorrência da garantia constituída, fica modificada a cláusula 5ª do contrato social para inclusão da nova cláusula 5.3. com inclusão dos gravames constituídos sobre as quotas sociais nesta data, de modo que a cláusula 5ª do contrato social passa a vigor conforme a consolidação contratual que consta do item 2 desta alteração de contrato social.

2. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Considerando todas as modificações acima, o contrato social da Sociedade, devidamente consolidado, passa a vigor consoante a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA USINA MANACÁ SPE LTDA

CNPJ/MF 35.802.585/0001-48

JUCESP NIRE 3523577219-3

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração

1. A sociedade empresária limitada operará sob a denominação de **USINA MANACÁ SPE LTDA**. ("Sociedade") e é regida pelo presente Contrato Social, pela Lei nº 10.406/2002 e, de forma supletiva, pela Lei nº 6.404/1976.
2. A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre II, 2º andar, sala 74, Cidade Jardim, CEP 05676-120, e poderá abrir e/ou extinguir filiais, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou exterior.
3. A Sociedade tem como propósito específico a exploração de empreendimento voltado à geração de energia a partir de fontes renováveis, mediante a consecução das seguintes atividades, sempre relacionadas ao empreendimento em questão: **(i.)** o aluguel e leasing operacional de longa duração, de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, sem operador; **(ii.)** a administração e locação de bens imóveis próprios ou a sublocação de imóveis de terceiros, para fins não-residenciais; e **(iii.)** a manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.
4. O prazo de duração da Sociedade é determinado, pelo tempo de duração do empreendimento integrante do objeto social.

CAPÍTULO II

Capital Social

5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pela sócia **RZK SOLAR 05**, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, de valor nominal e unitário de R\$ 1,00 (um real).
- 5.1. A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas quotas, que responderá apenas pela integralização do capital social.
- 5.2. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas confere direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais.
- 5.3. Todas as quotas emitidas pela Sociedade, nesta data ou futuramente, que sejam de titularidade da RZK SOLAR 05 S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala

50, Bairro Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.946.243/0001-02, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300575750 ("Quotista"), bem como os direitos a elas relacionados, foram alienadas fiduciariamente em favor da Virgo Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08 ("Securitizadora"), em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato) assumidas pela Quotista por força do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da RZK Solar 05 S.A.*", celebrado em 03 de outubro de 2022 ("Escritura de Emissão de Debêntures") e do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 07 de outubro de 2022 ("Contrato"). Todas as referidas quotas e direitos a elas relacionados não poderão ser, de qualquer modo, vendidos, transferidos, cedidos, alienados, gravados ou onerados sem o prévio e expresso consentimento da Securitizadora, na forma estabelecida no referido Contrato, devendo, ainda, ser observadas as demais disposições do Contrato.

CAPÍTULO III

Administração da Sociedade

6. A administração da Sociedade será exercida por uma diretoria composta por 02 (dois) ou mais membros, sócios ou não, sendo um "Diretor Presidente", um "Diretor Financeiro" e os demais diretores sem designação específica, se houver, os quais, além das atribuições necessárias à realização dos fins sociais, ficam investidos de poderes para administrar a Sociedade no exclusivo interesse empresarial, podendo inclusive representá-la ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, e assinar todos os documentos necessários à gestão dos negócios, respeitadas as condições deste Contrato Social.

7. A sócia elege o Sr. João Pedro Correia Neves, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 54.218.925-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 312.976.148-95, para o exercício do cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. Luiz Fernando Marchesi Serrano, brasileiro, divorciado, gestor ambiental, portador do RG nº 32.909.304-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 325.370.588-95, domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Pio XI, nº 1.970, apto. 44, Alto de Pinheiros, CEP 05468-140, para o exercício do cargo de **Diretor Financeiro** e o Sr. Ricardo Maziero de Oliveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 14.937.161 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 052.947.348-85, para o exercício do cargo de Diretor sem designação específica, todos com domicílio comercial na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre 2, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, os quais serão responsáveis por gerir e administrar a Sociedade, por prazo indeterminado, observadas as condições previstas abaixo.

8. A Sociedade será representada pela assinatura: **(a)** conjunta de 2 (dois) Diretores; **(b)** isolada do Diretor Presidente especificamente na celebração de termos de confidencialidade ou instrumentos similares em nome da Sociedade ou de contratos que tenham valor individual de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); ou **(c)** pela assinatura isolada de um procurador, conforme os limites dos poderes da procuração outorgada ao referido procurador e as restrições previstas neste Contrato Social.

8.1. Os seguintes atos somente poderão ser praticados pelos Administradores ou por qualquer procurador mediante prévia e expressa aprovação da sócia:

- (i) a alteração do contrato social, no todo ou em parte, incluindo o aumento ou redução do capital social e a emissão, conversão, resgate ou amortização de quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros instrumentos conversíveis em participação societária na Sociedade;
- (ii) qualquer operação de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão (total ou parcial), transformação, contribuição de ativos ou passivos (*drop down*) ou qualquer outra operação de reorganização societária da Sociedade, ou ainda, a deliberação quanto a dissolução e/ou liquidação da Sociedade, incluindo a eleição e destituição de liquidantes e a apreciação e julgamento das contas apresentadas por estes;
- (iii) a alienação, disposição ou oneração de ativos imobilizados da Sociedade, ou ainda a constituição de ônus reais e/ou prestação, pela Sociedade, de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias;
- (iv) constituição de consórcios, associações e/ou joint ventures, bem como celebração de quaisquer contratos de associação ou parcerias;
- (v) requerimento de autofalência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial em nome da Sociedade, bem como a realização de qualquer cessão em benefício de credor da Sociedade, no caso de insolvência da mesma; e
- (vi) a abertura, instalação ou extinção de filiais, escritórios, sucursais e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer localidade do País ou Exterior.

8.2. Os Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para representação da Sociedade, desde que: **(i.)** as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a 01 (um) ano; **(ii.)** indiquem expressamente quais os poderes outorgados e não permita o substabelecimento de poderes; e **(iii.)** contenham cláusula específica obrigando os procuradores a apresentar o respectivo instrumento de mandato aos terceiros com quem tratarem, sob pena de invalidade da procuração. Na falta de determinação de prazo de validade nas procurações, presumir-se-á o prazo de validade de 01 (um) ano.

8.3. As procurações destinadas a fins judiciais serão outorgadas por prazo indeterminado, poderão permitir o substabelecimento de poderes e representação da Sociedade por um procurador isoladamente e não outorgarão poderes para receber citação em nome da Sociedade, salvo se previsão expressa em sentido contrário a constar da procuração.

8.4. Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores e aos procuradores conceder fianças, avais e quaisquer outras garantias, bem como contrair obrigações de qualquer natureza em nome da Sociedade, salvo se prévia e expressamente autorizado pela sócia representando a totalidade do capital social.

9. Os Diretores, pelo exercício de suas funções e conforme vier a ser definido pela sócia representando a totalidade do capital social, terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, respeitadas as normas fiscais vigentes.

CAPÍTULO IV **Deliberações Sociais**

10. A sócia realizará reuniões, ordinariamente, a cada ano, em qualquer dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de, entre outros, tomar as contas dos Diretores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

10.1. As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor ou pela sócia mediante o envio de carta, telegrama, e-mail ou outro meio de comunicação, com comprovante de recebimento pelo destinatário, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência, com indicação da hora, data e ordem do dia.

10.2. A sócia se responsabiliza por manter atualizado seu endereço e e-mail, informando qualquer alteração aos Diretores.

10.3. Serão dispensadas as formalidades de convocação quando a sócia comparecer à reunião ou se declarar, por escrito, ciente do local, data, hora e ordem do dia.

10.4. As reuniões considerar-se-ão instaladas com a presença da sócia representando a totalidade do capital social.

10.5. A deliberação torna-se dispensável quando a sócia decidir, por escrito, sobre a matéria que nela deveria ser apreciada.

11. As deliberações sociais serão tomadas pela sócia representando a totalidade do capital social.

CAPÍTULO V **Continuidade da Sociedade**

12. A Sociedade não se dissolverá em caso de fusão, cisão, incorporação, extinção, liquidação ou falência da sócia, continuando a operar com os sucessores da sócia reestruturada, extinta ou falida, sem descontinuidade dos negócios sociais.

CAPÍTULO VI **Apuração de Haveres**

13. Conforme aplicável, em qualquer caso de apuração de haveres previsto neste Contrato Social ou decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor de reembolso das quotas será apurado com base no patrimônio líquido da Sociedade, da seguinte forma:

13.1. A Sociedade levantará um balancete datado do último dia do mês anterior à data que deu causa à apuração de haveres.

13.2. Os haveres assim apurados serão pagos a quem de direito em 24 (vinte e quatro) prestações mensais iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária calculada com base no IGPM-FGV – Índice Geral de Preços do Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas, com a menor periodicidade permitida pela legislação vigente na ocasião, desde a data do balanço de apuração de haveres até a data de cada pagamento, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a data do mesmo balanço e as demais em igual dia dos meses subsequentes, até o final.

CAPÍTULO VII

Exercício Social, Balanço Geral e Destinação dos Lucros

14. O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e, ao término de cada exercício, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

14.1. Os resultados apurados ao final de cada exercício social deverão ter o destino que vier a ser determinado pela sócia representando a totalidade do capital social.

14.2. A sócia participará dos lucros e perdas da Sociedade de acordo com sua participação no capital social.

14.3. A Sociedade poderá distribuir lucros à conta de lucros acumulados ou à conta de reserva de lucros existente no mais recente balanço anual ou em balanço especialmente levantado para tanto.

14.4. Poderão ser levantados mensalmente balancetes patrimoniais intermediários, com fins de apuração e distribuição de lucros à sócia de acordo com a disponibilidade financeira da Sociedade.

CAPÍTULO VIII

Dissolução e Transformação da Sociedade

15. A Sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei ou por decisão da sócia representando a totalidade do capital social.

16. Em caso de liquidação da Sociedade, será nomeado um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.

17. A Sociedade poderá transformar-se em outro tipo societário, incorporar-se ou fundir-se a outra, ou ainda proceder à própria cisão.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

18. Qualquer correspondência a ser realizada em virtude deste Contrato Social será considerada válida se realizada mediante carta com aviso de recebimento ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, devendo a sócia comunicar eventuais alterações do endereço destinado para tal fim, registrando tal alteração perante os registros da Sociedade, sob pena de serem consideradas válidas as comunicações enviadas ao endereço antigo.

19. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou divergências porventura surgidas na interpretação do presente Contrato Social.

Os Diretores declaram, para os devidos fins, não estarem impedidos de exercer a administração da Sociedade ou qualquer atividade mercantil, por lei especial, norma constitucional ou em virtude de condenação criminal; ou por se encontrar sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 14 de outubro de 2022.

RZK SOLAR 05 S.A.


João Pedro Correia Neves

Luiz Fernando Marchesi Serrano

Testemunhas:

1. DocuSigned by:

EC18D7B9B39040E...
Nome:
CPF:

2. DocuSigned by:

873FFC44C57E48F...
Nome:
CPF: